

**Maria Firmina dos Reis e seu conto *Gupeva*:
uma breve digressão indianista¹**

Rafael Balseiro Zin²

Resumo: Se o tratamento que a escritora maranhense Maria Firmina dos Reis atribui às personagens negras e à questão da escravidão em seu romance inaugural *Úrsula*, publicado em 1859, e em seu conto *A escrava*, de 1887, é um tanto particular para a literatura brasileira produzida até aquele momento, em outro tema bastante em voga no período, o encontro da cultura europeia com a cultura indígena autóctone, ela também vai apresentar concepções distintas. Levando em consideração essa perspectiva, o presente artigo tem por objetivo analisar as ideias da autora contidas em seu conto indianista *Gupeva*, de 1861-2, uma vez que, nessa narrativa, ela se dedica a pensar o lugar destinado ao índio na sociedade brasileira oitocentista, no sentido de registrar a sua contribuição e de marcar o seu ideário acerca da questão nacional.

Palavras-chave: Maria Firmina dos Reis. Brasil. século XIX.

Abstract: If the treatment that the writer Maria Firmina dos Reis assigns to black characters and the matter of slavery in her inaugural novel *Úrsula*, published in 1859, and her short novel *A Escrava*, from 1887, is somewhat particular to Brazilian literature produced up until that time, on another theme much in vogue in the period, the encounter of European culture with the indigenous culture, she will also present different conceptions. Taking this perspective into consideration, this article aims to analyze the author's ideas present in the Indianist short novel *Gupeva*, from 1861-2, given that, in this narrative, she is dedicated to thinking of the place intended for the indigenous people in 19th century Brazilian society, in order to register her contribution and her ideas about the issues related to the framing of a national identity.

Keywords: Maria Firmina dos Reis; Brazil; 19th century.

¹ As reflexões aqui apresentadas são um desdobramento de minha dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, intitulada *Maria Firmina dos Reis: a trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista*, defendida, em setembro de 2016, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

² Rafael Balseiro Zin é doutorando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e pesquisador do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política (Neamp). Contato: rafaelbzin@hotmail.com.

Fragmentos de uma vida

Nascida em 11 de outubro de 1825, na ilha de São Luís, capital da então província do Maranhão, Maria Firmina dos Reis foi registrada como filha de João Pedro Esteves e Leonor Felipe dos Reis. Menina negra e bastarda, vivendo sob condições de segregação racial e social latentes, aos cinco anos, teve que se mudar para a vila de São José de Guimarães, ligada ao antigo município de Viamão, localizado no continente e separado da capital pela baía de São Marcos (LOBO, 2006, p. 193; DUARTE, 2009, p. 263). Por lá, cresceu em companhia da avó, da mãe e de suas duas únicas amigas, a prima Balduína e a irmã Amália Augusta dos Reis. Distanciada das efemérides políticas típicas de uma capital do Império, a acolhida que teve na casa da tia materna, melhor situada economicamente, foi fundamental para a sua primeira formação (MOTT, 1988), além do apoio que teve de um primo, também por parte de mãe, o jornalista, escritor e gramático Francisco Sotero dos Reis, “a quem deve sua cultura, como afirma em diversos poemas” (LOBO, 1993, p. 224). Já adulta, em 1847, aos vinte e dois anos, Firmina é aprovada em um concurso público para a *Cadeira de Instrução Primária* em Guimarães, que já atingira a condição de município, tornando-se, assim, a primeira professora efetiva a integrar os quadros do magistério maranhense, função que ocuparia até o início de 1881, ano em que se aposenta e em que funda, aos cinquenta e cinco anos, no vilarejo de Maçaricó, a primeira escola mista e gratuita do estado, dessa vez, dedicando-se aos filhos de lavradores e de donos de terras da região (MORAIS FILHO, 1975). É, portanto, algo pouco factível para as condições da época e que evidencia o fato de ter sido ela uma mulher consciente do papel de transformação que poderia desempenhar naquela sociedade.

Do ponto de vista da produção intelectual, Maria Firmina dos Reis não deixa a desejar. A primeira obra sua de que se tem notícia, *Úrsula*, foi publicada, em 1859, na cidade de São Luís, pela Tipografia do Progresso. Sob o heterônimo “*Uma Maranhense...*”, a autora aborda a questão do cativo a partir do entendimento do negro, perspectiva essa que nortearia outros trabalhos (DUARTE, 2005). É interessante observar que, num momento em que as mulheres viviam submetidas a um sem-número de limitações e de preconceitos, a ausência do nome, somada à indicação da autoria feminina, aliam-se ao tratamento “absolutamente inovador dado ao tema da escravidão no contexto do patriarcado brasileiro” (DUARTE, 2009, p. 265). No ano seguinte à publicação de seu romance inaugural, Firmina passa a colaborar em jornais locais com textos poéticos, divulgando, n’*A Imprensa*, um primeiro poema utilizando, ainda sob o manto protetor, as iniciais M.F.R. Em 1861, participa da antologia poética *Parnaso Maranhense*, e o jornal *O Jardim das Maranhenses* dá início à publicação de seu segundo trabalho, o conto *Gupeva*, de temática indianista e que fora veiculado em forma de folhetim, prática recorrente no período

(HALLEWELL, 1985). Tendo em vista a boa aceitação da obra, em 1863, o jornal *Porto Livre* republica *Gupeva*. Em 1865, a autora brinda o seu público leitor, em momentos diversos, com o lançamento de novos poemas e, uma vez mais, *Gupeva* é reimpresso, agora pelo jornal *Eco da Juventude*, contendo ligeiras modificações de estilo, mas sem alterar seu conteúdo. Suas publicações chamam a atenção de leitores e repercutem nos meios intelectuais, o que nos leva a crer que a autora já era reconhecida, admirada e apreciada por seus escritos e pela ousadia de pensar e realizar coisas, considerando o contexto, não muito comuns a uma mulher negra e de poucos recursos, vivendo distante dos perímetros da Corte: a publicação de um romance inaugural em formato de livro; três publicações de uma mesma obra em periódicos distintos; além da veiculação de diversos outros textos, em curto espaço de tempo e em diferentes canais.

Rompendo com as barreiras do patriarcado e manifestando o exemplo de sabedoria e determinação, Maria Firmina dos Reis continua fértil em sua produção literária, trazendo a lume, em 1871, os poemas de *Cantos à beira-mar*, publicados pela Tipografia do País, também em São Luís. Anos mais tarde, em 1887, num período em que a instituição da escravidão passava de “mal necessário” a um “problema que exigia solução” (CHALHOUB, 2012), no auge das campanhas abolicionista e republicana, a escritora lança n’*A Revista Maranhense*, nº 3, além de novos poemas, o conto *A escrava*. Vale dizer que esse texto é mais um ato intelectual de consciência social de Firmina contra o estigma dos negros no Brasil, do que um manifesto contra a servidão, propriamente, ainda que se perceba um forte viés político contido nas entrelinhas. Para completar sua trajetória, além de ter contribuído de maneira significativa na imprensa maranhense com ficções, crônicas e até enigmas e charadas³, a autora atuou como folclorista⁴, na recolha e na preservação de textos da literatura oral; e como compositora, sendo responsável, ao mesmo tempo, pela elaboração, com letra e música, do *Hino da libertação dos escravos*, de 1888 (MORAIS FILHO, 1975; DUARTE, 2009), além de ter contribuído com a criação de algumas canções de caráter folclórico para folguedos populares, como a pastoral e o bumba meu boi.

De modo sucinto, essa breve cronografia serve para mostrar que Maria Firmina dos Reis teve participação relevante como cidadã e intelectual no Império, “ao longo dos noventa e dois anos de uma vida dedicada a ler, escrever e ensinar” (DUARTE, 2009, p. 264). No Maranhão de

³ De acordo com Zahidé Muzart (1999, p. 264), Maria Firmina dos Reis colaborou assiduamente com vários jornais literários, além dos já mencionados, como *Verdadeira Marmota*, *Semanário Maranhense*, *O Domingo*, *O País*, *Pacotilha*, *Federalista* e outros, publicando seus enigmas e charadas, um passatempo bastante apreciado pelos leitores desses periódicos.

⁴ Criada por Mário de Andrade em 1936, enquanto atuava como diretor do Departamento de Cultura da cidade de São Paulo, a *Sociedade de Etnografia e Folclore* foi uma entidade que, de acordo com seus estatutos, tinha por objetivo “promover e divulgar estudos etnográficos, antropológicos e folclóricos”, tendo, como membros-fundadores, pesquisadores das primeiras turmas de cientistas sociais dos cursos universitários paulistas. Em 1938, Mário de Andrade reuniu uma equipe de entusiastas com o intuito de catalogar as músicas tradicionais do Norte e Nordeste brasileiros e instituiu a *Missão de Pesquisas Folclóricas*, que tinha como objetivo declarado, como consta na ata da sua fundação, “conquistar e divulgar a todo país, a cultura brasileira” (CAVALCANTI, 2004). Note-se que, antes de Mário de Andrade, Maria Firmina já trazia consigo essa preocupação.

seu tempo, ainda que tenha vivido como uma mulher negra e livre em meio a uma ordem social, política e econômica escravagista (FRANCO, 1969), foi considerada pelos seus pares como um exemplo de erudição. Sua popularidade deve ter sido tão grande em Guimarães, que, até hoje naquela cidade, “a uma mulher inteligente e instruída chamam-na Maria Firmina” (MOTT, 1988, p. 62). Acontece, contudo, que os anos se passaram e, mesmo tendo ocupado um lugar proeminente no cenário cultural maranhense oitocentista, tomando com as mãos a aspiração de, através do magistério e da literatura, contribuir para a construção de um país mais justo e sem opressão, a escritora ficou esquecida por muitos anos, provavelmente, por conta de um possível silenciamento ideológico vindo das elites condutoras da vida intelectual brasileira. Faleceu, em 11 de novembro de 1917, cega, pobre e sem nenhuma honraria, na casa de uma amiga que vivera como escrava e em companhia de Leude Guimarães, um de seus filhos de criação. O resultado disso é que “uma espessa cortina de silêncio envolveu a autora ao longo de mais de um século” (DUARTE, 2009, p. 265).

De maneira um tanto peculiar, os escritos de Maria Firmina vêm à tona outra vez. O romance *Úrsula*, em sua versão original, foi “descoberto”, em 1962, em um sebo na cidade do Rio de Janeiro, pelo historiador e bibliófilo paraibano Horácio de Almeida (MUZART, 1999), que, ao garimpar a identidade do heterônimo “*Uma Maranhense...*” no *Dicionário por Estados da Federação*, de Otávio Torres, além de realizar consultas em outras referências, conseguiu identificar a procedência da autora (LOBO, 1993, p. 224). Tendo compreendido a importância histórica e literária da obra, depois de ter preparado, em 1975, uma edição fac-similar do texto, Almeida doou seu achado a Nunes Freire, governador do Maranhão na época. Desde então, foram publicadas mais duas edições do livro, nos anos de 1988, idealizada pela Editora Presença, de Luiza Lobo, em parceria com o Instituto Nacional do Livro, por ocasião do centenário da abolição da escravatura; e de 2004, em decorrência de um projeto de reedição das obras literárias de escritoras do século XIX, que, inclusive, deu origem à Editora Mulheres⁵, criada pelas pesquisadoras Zahidé Muzart, Susana Funck e Elvira Sponholz. Em 2009, finalmente, essa mesma editora, em parceria com a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, publicou uma reimpressão de *Úrsula* em comemoração aos cento e cinquenta anos de sua primeira edição, que vem acompanhada de um belíssimo posfácio elaborado por Eduardo de Assis Duarte: *Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira*.

No prólogo à sua edição de 1975, porém, Horácio de Almeida salienta a ausência de registros sobre a escritora nos estudos dedicados à produção literária maranhense. Possivelmente,

⁵ Entre coletâneas de artigos, ensaios, trabalhos acadêmicos e algumas traduções, todos relacionados à mulher e/ou ao feminismo, o catálogo da Editora Mulheres conta, hoje, com cerca de noventa livros, que contribuem significativamente com os pesquisadores de todo o país que se interessam pelo tema e para a preservação e divulgação da literatura nacional, ao resgatar da invisibilidade as autoras excluídas ou silenciadas ao longo da história.

por ter sido redescoberta tardiamente, Firmina ficou esquecida, também, entre os principais estudiosos da literatura brasileira. Sílvia Romero (1943 [1888]), José Veríssimo (1981 [1916]), Ronald de Carvalho (1920), Nelson Werneck Sodré (1985 [1938]), Afrânio Coutinho (1986 [1959]), Antonio Candido (2000 [1959]) e Alfredo Bosi (1970), por exemplo, ignoram-na completamente. E mesmo um intelectual afrodescendente como Oswaldo de Camargo (1987), em sua coletânea *O negro escrito*, de suma importância para o resgate de escritores afro-brasileiros, não faz referência alguma a ela⁶. Dentre outros expoentes da historiografia literária nacional, muitos fizeram o mesmo, à exceção de Sacramento Blake⁷ (1970 [1883-1902]), que foi contemporâneo da autora; Raimundo de Menezes (1978 [1969]), que soube da existência de *Úrsula* logo após seu ressurgimento e que acabou incluindo um verbete sobre a escritora na segunda edição de seu *Dicionário Literário Brasileiro*; e Wilson Martins (2010 [1979]), que, no terceiro volume de sua monumental *História da Inteligência Brasileira*, apenas cita seu nome em uma linha.

Os demais documentos de e sobre Maria Firmina dos Reis foram resgatados, a partir de 1973, pelo professor, poeta e jornalista maranhense José Nascimento Morais Filho, que realizou uma intensa pesquisa nos jornais locais do século XIX e início do XX alocados nos porões da Biblioteca Pública Benedito Leite, em São Luís (LOBO, 1993, p. 225; CARVALHO, 2006, p. 62-3), e que entrevistou, entre outras personalidades, dois filhos de criação da escritora, Leude Guimarães e Nhazinha Goulart. É dele, inclusive, o primeiro esboço de uma biografia da maranhense, intitulada *Maria Firmina, fragmentos de uma vida*, obra de difícil acesso e que foi publicada em 1975, mesmo ano em que veio a público a edição fac-similar de Horácio de Almeida e o artigo *A primeira romancista do Brasil*, de Josué Montello, também contemporâneo da autora, no *Jornal do Brasil*. O livro de Morais Filho reúne charadas, enigmas e poemas divulgados na imprensa, além dos contos *Gupeva* e *A escrava*. Entretanto, o achado de maior importância, até mesmo como contribuição para a história de nossa literatura, é aquele que deve ser, provavelmente, o primeiro diário íntimo escrito por uma mulher já publicado no Brasil: o *Álbum*, de Maria Firmina dos Reis (LOBO, 1993, p. 225). Somado a isso, o prefácio de Charles Martin (1988) à terceira edição de *Úrsula*; as reflexões de Luiza Lobo (1993; 2006; e 2011) disponibilizadas em livros e periódicos especializados; o estudo assinado por Zahidé Muzart

⁶ Em 2015, durante a realização do curso intitulado *O negro escrito*, ministrado por Oswaldo de Camargo na cidade de São Paulo e que foi oferecido pela Ciclo Contínuo Editorial, editora independente voltada para a difusão e valorização das artes e das literaturas negras e periféricas, tive a oportunidade de indagar o escritor sobre as razões que o levaram a não incluir Maria Firmina dos Reis em sua coletânea. De modo sucinto, fui informado por ele que o único motivo da ausência foi o total desconhecimento da existência da autora na época em que o livro foi escrito, o que, segundo Camargo, poderá ser revisto, caso ele consiga publicar uma segunda edição da obra.

⁷ Estimulado por D. Pedro II e Rui Barbosa, Sacramento Blake escreveu seu famoso *Dicionário bibliográfico brasileiro*, que traz, em sete volumes, a biografia de centenas de personalidades da época. O volume foi publicado no Rio de Janeiro pela Tipografia Nacional, entre 1883 e 1902, e, anos mais tarde, pela Imprensa Nacional, tendo sido reimpresso em 1970, nessa mesma cidade, pelo Conselho Federal de Cultura.

(1999) sobre as escritoras brasileiras oitocentistas; os apontamentos de Eduardo de Assis Duarte (2009 e 2011) e de Norma Telles (1987, 1989, 1997 e 2012) acerca da romancista, além de alguns verbetes que podem ser consultados em dicionários ou enciclopédias literárias voltados a essa temática (SABINO, 1996 [1899]; SCHUMAHER e VITAL BRAZIL, 2000 e 2007; e LOPES, 2007), completam os trabalhos mais relevantes sobre a escritora maranhense, evidenciando, assim, a escassa recepção crítica obtida por ela, em pouco mais de um século.

Uma breve digressão indianista⁸

Se o tratamento que Maria Firmina dos Reis atribui às personagens negras e à questão da escravidão em *Úrsula* e em *A escrava* é um tanto particular para a literatura brasileira produzida até aquele momento, em outro tema bastante em voga no período, o encontro da cultura europeia com a cultura indígena autóctone, ela também vai apresentar ideias distintas. A primeira versão de *Gupeva, romance brasiliense*, conforme o exposto, foi publicada entre os meses de outubro de 1861 e janeiro de 1862, em São Luís, no periódico semanal *O Jardim das Maranhenses*. Nos anos seguintes, em 1863 e em 1865, respectivamente, o folhetim completo foi divulgado duas vezes mais: uma no jornal *Porto Livre*, outra no jornal *Eco da Juventude*, contendo ligeiras modificações na forma, mas sem apresentar alterações significativas no que diz respeito ao conteúdo. Depois disso, somente em 1975, a partir da transcrição que José Nascimento Morais Filho fez da última versão publicada, em seu *Maria Firmina, fragmentos de uma vida*, é que o século XX passou a ter acesso ao único conto de cunho indianista redigido pela maranhense. Enquanto uma escritora romântica de seu tempo, portanto, Firmina também se dedicou a pensar o lugar destinado ao índio naquela sociedade, no sentido de registrar a sua contribuição e de marcar o seu ideário acerca da questão nacional.

Aliando a temática da indianidade ao tabu do incesto, assuntos caros aos enredos oitocentistas, *Gupeva* recebe da autora uma abordagem estilística tipicamente folhetinesca, com trama de capa e espada e uma série de coincidências que perpassam acontecimentos complexos e improváveis. O refúgio no passado, o nativismo e a reinvenção do bom selvagem, fundamentos presentes na narrativa, assim, centram suas atenções no elemento indígena. Mesmo não havendo registros que comprovem essa afirmação, é possível dizer que o texto revela por parte da escritora a leitura de determinadas obras do primeiro romantismo de influência cristã, especificamente em sua abordagem com relação ao índio, como as novelas *Atala* (1801) e *René*

⁸ Considerando o fato de que o conjunto da obra de Maria Firmina dos Reis se dedica a denunciar o tratamento dado aos negros naquele contexto de escravização no Brasil, a temática indianista surge como uma novidade em meio a suas demais narrativas. A esse “desvio de percurso”, conseqüentemente, atribuo a noção de *breve digressão*, uma vez que a autora não retoma o assunto em suas produções posteriores, fazendo de *Gupeva* uma criação singular.

(1802), de François-René de Chateaubriand⁹. No que diz respeito à produção local, certamente ela teve contato com o poema indianista de seu conterrâneo Gonçalves Dias, *I-Juca Pirama*, publicado em 1851. Além disso, vale lembrar que, um pouco antes do surgimento de *Gupeva*, José de Alencar já havia lançado suas obras-primas do indianismo, *O Guarani* (1857) e *Iracema* (1860), que, até onde se pode supor, devem ter lhe servido como inspiração.

O conto de Firmina trata da história de um índio tupinambá, de nome Gupeva, pai de criação da jovem Épica, que se apaixona por Gastão, um marinheiro francês de origem nobre e que aportara em solo brasileiro com seu navio, “O Infante de Portugal¹⁰”. Os acontecimentos se passam na “Baía de Todos os Santos, a cuja frente eleva-se hoje a bela cidade de S. Salvador” (REIS, 1865 apud MORAIS FILHO, 1975, s/p), ou seja, no mesmo ambiente onde Frei José de Santa Rita Durão delimitou a história original de *Caramuru*, publicada em 1781. O texto da maranhense, porém, discorre sobre os infortúnios de uma índia, também chamada Épica, que teria viajado anos antes com Caramuru e Paraguaçu para a França e que, ao retornar para casa, após se casar com Gupeva, acabou revelando a ele que já não era mais “uma virgem da floresta”, uma vez que fora seduzida em terras estrangeiras pelo pai do próprio Gastão, um tal “Conde de...”. Como agravante, ela trazia em seu ventre o fruto da relação com o nobre europeu. A vergonha e a dor que sentira, entretanto, “bem depressa levaram ao sepulcro a desgraçada Épica” (REIS, 1865 apud MORAIS FILHO, 1975, s/p). Embora constrangido e tomado por um “tormento inqualificável”, Gupeva decide cuidar da criança de sua falecida esposa, colocando na menina o mesmo nome da mãe. Entre outras passagens, sempre apresentadas em meio a mudanças no plano temporal, Gastão descobre que sua amada, a jovem Épica, na verdade, era filha de seu pai, o “Conde de...”, e que, por serem meios-irmãos, o amor que nutria por ela não poderia ser consumado, já que a relação incestuosa entre os dois seria considerada um pecado frente aos valores cristãos.

O emprego da narrativa épica, assim, é a estratégia utilizada por Maria Firmina dos Reis para dar vida às personagens de *Gupeva*, conto em que a autora busca arquitetar, ao longo da trama, a sua versão acerca do mito fundador da nação brasileira. Para tanto, logo no início do texto, assim como acontece em *Úrsula*, a construção do cenário é feita com vivacidade e exuberância, tendo maior destaque as qualidades naturais do país:

⁹ François-René de Chateaubriand (Saint-Malo, 4 de setembro de 1768 – Paris, 4 de julho de 1848), também conhecido como visconde de Chateaubriand, foi um escritor, ensaísta, diplomata e político francês que se notabilizou por sua obra literária, exercendo uma forte influência na literatura romântica de raiz europeia, incluindo a lusófona.

¹⁰ No enredo, “O Infante de Portugal” é apresentado como um navio de guerra, “que havia trazido à Bahia Francisco Pereira Coutinho, donatário daquela capitania, depois que a célebre Paraguaçu, princesa do Brasil, cedera seus direitos [aos franceses] em favor da coroa de Portugal” (REIS, 1865 apud MORAIS FILHO, 1975, s/p). Percebe-se, com isso, que Firmina se preocupou em inserir em *Gupeva* o nome de personalidades históricas, como é o caso do fidalgo Coutinho, que participou de fato do processo de expansão dos domínios portugueses, tendo recebido de D. João III, como recompensa pelos serviços prestados à Coroa, a Capitania da Baía de Todos os Santos, em 1534.

Uma tarde de agosto nas nossas terras do norte, tem um encanto particular; quem ainda as não gozou, não conhece na vida o que há de mais belo, mais poético, não conhece a hora do dia que o Criador nos deu para esquecermos todas as ambições da vida, para folhearmos o livro do nosso passado, buscarmos nela a melhor página, a única dourada que nela existe, e aí nos deleitarmos na recordação saudável da hora feliz da nossa existência: aquele que ainda a não gozou é como se seus olhos vivessem cerrados à luz; é como se seu coração empedernido nunca houvera sentido uma doce emoção, é como se a voz da sua alma nunca uma voz amiga houvera respondido. O que a gozou, sim; o que a goza, esse advinha os prazeres do paraíso, sonha as poesias do céu, escuta a voz dos anjos na morada celeste; esquece as dores da existência, e embala-se na esperança duma eternidade risonha, ama o seu Deus, e lhe dispensa afetos; porque nessa hora como que a face do Senhor se nos patenteia nos desmaiados raios do sol, no manso gemer da brisa, o saudoso murmúrio das matas, na vasta superfície das águas, na ondulação mimosa dos palmares, no perfume odorífero das flores, no canto suavíssimo das aves, na voz reconhecida da nossa alma! (REIS, 1865 apud MORAIS FILHO, 1975, s/p).

Seria nessas “nossas terras do norte”, portanto, o local onde tudo começou. À sua maneira, Firmina cria um lugar de procedência, um ambiente onde a nação brasileira teria iniciado a sua trajetória, estabelecendo, a princípio, um perfil identitário que constituiria a nossa gente, fruto da união entre uma índia tupinambá e um nobre europeu. O contato entre os dois, todavia, carrega um *mal de origem*¹¹, um desvio de percurso, uma vez que, no conto, *Épica* é apresentada como uma mulher “impura” e “maculada” e o “Conde de...” como um “filho da Igreja” que “abandona seus filhos”. Esse mal de origem, no que lhe concerne, estaria contido não no caráter da personagem indígena, que é tida como uma vítima das circunstâncias, mas no comportamento perverso e imoral do próprio pai de Gastão. *Gupeva*, nesse sentido, não se trata de um canto lírico comemorativo, mas da narrativa de um embate violento entre as raças, sugerindo a impossibilidade de um encontro harmonioso entre elas.

Buscando estabelecer uma diferença cultural entre as duas nacionalidades europeias, porém, a portuguesa e a francesa, ambas presentes no processo de formação histórica do Maranhão, Maria Firmina dos Reis acaba privilegiando a primeira em detrimento da segunda, mostrando, através de um diálogo entre os dois amigos, como a aspereza, a glória, o espírito de conquista e a belicosidade lusitanas se sobressaíam na constituição da própria identidade brasileira:

¹¹ Com relação a esse ponto, vale lembrar que, em 1905, Manoel Bomfim (1993) havia publicado na cidade do Rio de Janeiro o seu livro *A América Latina: males de origem*, obra em que contesta a tese bastante em voga naquele período de que o clima tropical, a miscigenação e as chamadas “raças inferiores” seriam as causas do “atraso” dos países latino-americanos, como vários ensaístas, até então, insistiam em afirmar. Explicando o fenômeno por meio da noção de “parasitismo”, que fora emprestada da biologia, Bomfim, que era médico de formação, responsabilizou pelos males causados àquelas sociedades os governos locais, as elites política e econômica, mas, sobretudo, a exploração das colônias pelas metrópoles e a exploração dos trabalhadores – livres e escravizados – pelos patrões ou senhores. Embora Maria Firmina dos Reis não tenha se filiado à tese da inferioridade racial e da influência climática para construir as personagens de *Gupeva*, tampouco tenha tido contato com as ideias de Manoel Bomfim, publicadas mais de quarenta anos depois da primeira edição de seu conto indianista, percebe-se que sua narrativa está situada em meio a esse debate.

- O meu futuro é ela... replicou Gastão, interrompendo seu jovem amigo.
- Primeiro-tenente de marinha hoje, meu querido Gastão, breve terás uma patente superior que...
- Que me importa a mim tudo isso, Alberto, acaso isso pode indenizar-me da dor de perdê-la? Alberto, tu não és francês, o teu clima cria almas intrépidas, corações fortes, os rudes ardendo sempre mais em fogo belicoso: o sangue que herdaste de teus avós gira em teu peito com ambição de glória, de renome; são nobres as tuas ambições, eu as respeito; porém as minhas são destruídas de toda a vaidade... As minhas ambições, o meu querer, meu desejo resume-se todo nela. Para que me falas das grandezas deste mundo? Alberto, eu as desprezo, se não forem para repartir com ela.
- Todos nós, lhe disse Alberto, temos a nossa hora de loucura; também o português, meu caro, a experimenta às vezes, não obstante como dizes, o nosso clima gera corações mais rudes; mas, Gastão, teus pais! Queres afrontar a maldição paterna? (REIS, 1865 apud MORAIS FILHO, 1975, s/p).

Além disso, em *Gupeva*, o jovem Gastão, ao contrário de Alberto, é apresentado como um ser frágil e que se deixa levar pelas emoções, abrindo mão de seu destino promissor em nome de uma paixão súbita e funesta por uma “indígena qualquer”, que somente poderia levá-lo à desonra e à infâmia, como pode ser observado na seguinte passagem:

- Gastão, disse procurando tomar-lhe entre as suas mãos, que loucura meu amigo – que loucura a tua apaixonares-te por uma indígena do Brasil; por uma mulher selvagem, por uma mulher sem nascimento, sem prestígio: ora, Gastão, seja mais prudente; esquece-a.
- Esquecê-la! Exclamou o moço apaixonado, nunca!
- Tanto pior, lhe tornou o outro, será para ti um constante martírio.
- E por quê?
- E por quê?! Porque ela não pode ser tua mulher, visto que é muito inferior a ti; porque tu não poderás viver junto dela a menos que intentasses cortar a tua carreira na marinha, a menos que desprezando a sociedade te quisesses concentrar com ela nestas matas. Gastão, em nome da nossa amizade, esquece-a. (REIS, 1865 apud MORAIS FILHO, 1975, s/p).

Ainda que seja vista com inferioridade por Alberto, a jovem Épica, filha natural das terras brasileiras, é caracterizada por Maria Firmina dos Reis com todos os atributos e qualidades possíveis. Será na construção da principal personagem feminina que alimenta o enredo, conseqüentemente, que a autora centrará todas as suas atenções, com o intuito de dignificar, mesmo que indiretamente, aquelas que sofrem com as opressões e imposições de toda uma sociedade: as mulheres. E ela o faz, não à toa, através da exposição dos sentimentos do próprio Gastão:

- É impossível, Alberto. Impossível, meu amigo. Oh! se soubesses... Alberto, eu a tenho aqui no coração. É ela a mulher dos meus sonhos de adolescência, é a visão celeste, e arrebatadora da minha infância, é o anjo que presidiu o meu nascimento. Alberto, quem a poderá resistir? Louco o que a vendo possa deixar de amá-la; louco o que a conhecendo não lhe render eterna vassalagem. Anjo na beleza, e na inocência, anjo na voz, nas maneiras, é ela superior às filhas vaporosas da nossa velha Europa. Épica é seu nome. No seu rosto, Alberto, se revela toda a candura da sua alma, e toda a singeleza dos costumes inda tão virgens de inculta América. Onde está, pois, o meu crime em adorá-la? Seus grandes olhos negros de doçura inexprimível falam à alma com suavíssima poesia: são harpejos da lira harmoniosa, ou notas de anjos em torno do Senhor. E esse olhar seu exprime um quê de indizível pureza que obriga a adorá-la, como se adora a Deus. Alberto, de joelhos suplicarias a essa mulher angélica, se a visses, perdão de a não teres amado mesmo sem conhecê-la, desde o dia em que começou a tua existência. (REIS, 1865 apud MORAIS FILHO, 1975, s/p)

Vale ressaltar que a jovem Épica, na trama, é fruto da vilania de um nobre francês, e não de um português. E é precisamente o resultado da subjugação atribuída pela escritora aos franceses que impedirá a união entre Gastão e sua amada. “Conde de...”, inclusive, ao macular a mãe de Épica, acaba desonrando também a vida do filho, que cai em desgraça e, assim como as demais personagens, termina morto ao final da história. Nessa perspectiva, logo, a maranhense evidencia que a união entre franceses e indígenas era, além de ilegítima, infrutífera.

Diferentemente de outras imagens que Maria Firmina dos Reis criou para o elemento indígena presentes em sua coletânea de poemas *Cantos à beira mar*, de 1871, em que este aparece como um indivíduo forte, bravo e guerreiro, Épica mãe é aqui descrita como uma vítima infeliz de uma união sem honra. Gupeva, ao contrário, é apresentado como um homem virtuoso e honesto, afinal, além de perdoar a esposa que caíra em tentação, resolve cuidar da jovem Épica como se sua filha fosse. Provavelmente, a intenção da autora, ao elaborar esse “romance brasileiro”, tenha sido a de criar um laço de legitimidade identitária entre portugueses e indígenas, afastando, de tal modo, a imagem do estrangeiro, o elemento francês, aquele que ocupara as “nossas terras do norte” apenas para maculá-las com sua paixão abrasadora, sua luxúria e sua falta de caráter. Ao mesmo tempo, ao redigir *Gupeva*, Firmina propõe a seus leitores uma perspectiva inédita acerca da questão nacional, baseada não em um mito fundador que estabeleceria a origem da nação brasileira, mas, justamente, na impossibilidade de sua fundação¹². Demonstrando na trama que “Conde de...” não servia como pai, mas como alicerce afetivo e moral indispensável à edificação da pátria, a maranhense se associa ao elemento português para sugerir uma identidade própria ao país, que, até aquele momento, segundo a sua proposta, ainda não teria se constituído.

É interessante observar que as alusões feitas à contribuição francesa para a formação política e cultural de São Luís são interpretadas, hoje, como um diferencial da capital

¹² O edifício político e institucional do Império erigiu-se sobre a escravidão africana, não apenas como uma herança colonial, mas como uma instituição renovada pela intensificação, em escala nunca antes experimentada, do tráfico internacional de cativos e pela expansão da grande lavoura de exportação, especialmente do café no Vale do Paraíba. Essa é a tese defendida pelo historiador Ricardo Salles (2013) em *Nostalgia Imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. A extinção efetiva do tráfico transatlântico, em 1850, devida à pressão inglesa, que chegou perto de desembocar em um conflito armado, no qual o Império não teria qualquer chance de êxito, não foi seguida pela abolição do cativo, mesmo que gradual. Pelo contrário, os “anos de ouro” da escravidão brasileira e de apogeu do Segundo Reinado, com sua Corte, sua cultura política e literária, sua inserção no contexto internacional, ainda estavam por vir. Nos termos propostos pelo pesquisador, logo, a história do Império é a história da formação da matriz de civilização escravista da nação, que perdurou e se renovou por muito tempo na sociedade brasileira, mesmo após a extinção do cativo. Considerando essa leitura já bastante consagrada acerca da formação e da constituição da identidade brasileira é que a proposta trazida por Maria Firmina dos Reis em seu conto *Gupeva* se apresenta como uma novidade. Ao invés de estabelecer a origem da nação com base em um mito fundador, cuja tônica revelaria a hibridez e as interculturalidades de nossa gente, a maranhense nega a própria possibilidade de uma fundação, uma vez que, pautado pela exploração da mão de obra forçada, o Brasil jamais poderia ser considerado um país digno de futuro.

maranhense em relação às demais metrópoles brasileiras¹³. Na segunda metade do século XIX, contudo, época em que Firmina viveu, essa valorização era algo incompatível com a percepção de seus contemporâneos. Isso porque, do século XVII até o início do XX, a historiografia local sempre considerou os franceses como invasores daquelas terras, e não seus fundadores. Nesse sentido, em linhas gerais, seria somente o brio dos portugueses e as qualidades naturais e morais dos indígenas que poderiam dar vida ao “verdadeiro brasileiro”. Assim como os demais escritores românticos de sua geração, portanto, a escritora também construiu sua narrativa épica buscando oferecer aos leitores a sua interpretação sobre o processo de formação da nossa identidade. Mas, em seu conto, os franceses não são bem-vindos.

Considerações finais

O nome de Maria Firmina dos Reis, como foi possível observar na primeira seção desse artigo, veio à tona a partir da redescoberta de seu romance *Úrsula*, em 1962, em um sebo na cidade do Rio de Janeiro, pelo historiador e bibliófilo paraibano Horácio de Almeida, que, em 1975, após preparar uma edição fac-similar do livro, doou o original a Nunes Freire, governador do Maranhão na época. Em decorrência disso e somando-se as contribuições feitas pelo professor, poeta e jornalista José Nascimento Morais Filho (1975), responsável por coletar e organizar os demais documentos de e sobre a escritora, atualmente, sabemos que ela participou ativamente da vida intelectual maranhense, colaborando na imprensa local, publicando livros, fazendo parte de antologias e desempenhando atividades culturais diversas (TELLES, 1997, p. 412). No âmbito das letras nacionais, particularmente, Firmina inaugurou a construção de identidades que levaram em consideração uma perspectiva outra, isto é, a perspectiva dos próprios vencidos, algo inédito para a literatura produzida até aquele momento.

A estrutura econômica e social escravagista, por sua vez, tema amplamente trabalhado pela autora em suas obras, esteve na base de formação do Estado nacional brasileiro e do próprio conceito de nação que este estimulou e buscou consolidar no plano da cultura. O projeto levado a cabo pelo Império definiu um terreno cultural e político em que os valores e noções do substrato identitário da população brasileira ganharam a forma de uma temática nacional, que, embora tenha sido historicamente produzida e culturalmente determinada, teve e ainda tem a força de

¹³ De acordo com a pesquisadora Maria de Lourdes Lacroix (2008), em seu estudo intitulado *A fundação francesa de São Luís e seus mitos*, o discurso de uma fundação francesa da capital maranhense esteve mais pautado numa construção das elites locais durante o período de decadência econômica do Maranhão, em meados dos oitocentos, e de como elas foram buscar em um passado “glorioso e vindouro” a identidade da cidade, que se singularizaria a partir de uma instituição diferenciada, de base francesa e não portuguesa. Ao analisar os documentos históricos da época, a autora defende a tese de que essa “singularidade” seria nada mais do que a “invenção de uma tradição”, nos termos de Eric Hobsbawm (1984, p. 9-23), assim como acontece com o mito ainda bastante presente na mentalidade ludovicense acerca da “Atenas brasileira”.

uma temática de fundação (SALLES, 2013, p. 161). Ao redigir e publicar *Gupeva*, no entanto, seu único conto de temática indianista, Maria Firmina dos Reis apresenta uma contribuição original e diametralmente oposta às demais narrativas literárias postas em circulação naquele momento, uma vez que se posiciona de modo contrário à ideia de uma nação propriamente brasileira, ou, então, a de uma nação que pudesse prosperar. Essa lateralidade, por fim, está em acordo com o desempenho intelectual de uma escritora afrodescendente que, aos poucos, supera a exclusão a que foram relegados seus irmãos de cor, passando a exercer uma função distinta na arena discursiva em que literatura, cultura e política se mesclam (DUARTE, 2009, p. 277), em meio às tensões que vão construindo os vários rostos de um país recém-saído da independência.

Referências

- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Cultura, 1970 [1883-1902].
- BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Editora Cultrix, 1970.
- CAMARGO, Oswaldo de. *O negro escrito*. Apontamentos sobre a presença do negro na literatura brasileira. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1987.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000 [1959].
- CARVALHO, Ronald de. *Pequena história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & C., 1920.
- CARVALHO, Cláudio Amorim. Imagens do negro na literatura brasileira do século XIX: uma análise do romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis. In: *Ciências Humanas em Revista*, São Luís, v. 4, n. 2, dezembro 2006, p. 53-69.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Cultura popular e sensibilidade romântica: as danças dramáticas de Mário de Andrade. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 54, 2004, p. 57-79.
- CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- COUTINHO, Afrânio. *Introdução à literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986 [1959].
- DUARTE, Constância Lima. Gênero e etnia no nascente romance brasileiro: *Úrsula*. In: *Revista de Estudos Feministas*, v. 13, n. 2, maio/ago., 2005, p. 443-444.
- DUARTE, Eduardo de Assis. Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira. Posfácio. In: REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula (romance); A escrava (conto)*. Florianópolis: Ed. Mulheres/Belo Horizonte: PUC Minas, 2009, p. 263-279.
- _____. (Org.). *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica (vol 1: Precursores)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1969.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz/Edusp, 1985.
- HOBBSAWM, Eric. Introdução. In: _____; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9-23.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. *A fundação francesa de São Luís e seus mitos*. 3ª ed. São Luís: Editora UEMA, 2008.

LOBO, Luiza. *Crítica sem juízo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.

_____. *Guia de escritoras da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.

_____. Maria Firmina dos Reis. In: DUARTE, Eduardo de Assis (Org.). *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica* (vol 1: Precursores). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 111-126.

LOPES, Nei. *Dicionário literário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

MARTIN, Charles. Uma rara visão de liberdade. Prefácio. In: REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. 3. ed. Rio de Janeiro: Presença/Brasília: INL, 1988.

MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. Volume III (1855-1877). 3. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010 [1979].

MENEZES, Raimundo de. *Dicionário literário brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978 [1969].

MORAIS FILHO, José Nascimento. *Maria Firmina dos Reis, fragmentos de uma vida*. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1975.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. *Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão*. São Paulo: Contexto, 1988.

MUZART, Zahidé Lupinacci (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia* (Vol. 1). Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. São Luís: Tipografia do Progresso, 1859.

_____. *Úrsula*. 2ª ed. (impressão fac-similar). Prólogo de Horácio de Almeida. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1975.

_____. Gupeva (1865). Edição fac-similar. In: MORAIS FILHO, José Nascimento. *Maria Firmina dos Reis, fragmentos de uma vida*. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1975, s/p.

_____. Cantos à beira-mar (1871). Edição fac-similar. In: MORAIS FILHO, José Nascimento. *Maria Firmina dos Reis, fragmentos de uma vida*. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1975, s/p.

_____. A escrava (1887). Edição fac-similar. In: MORAIS FILHO, José Nascimento. *Maria Firmina dos Reis, fragmentos de uma vida*. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1975, s/p.

_____. *Úrsula*. 3ª ed. Organização, atualização e notas de Luiza Lobo. Introdução de Charles Martin. Rio de Janeiro: Editora Presença/Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1988.

_____. *Úrsula (romance); A escrava (conto)*. Florianópolis: Editora Mulheres/Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.

_____. *Úrsula (romance); A escrava (conto)*. Edição comemorativa dos 150 anos da 1ª edição. Atualização do texto e posfácio de Eduardo de Assis Duarte. Florianópolis: Editora Mulheres/Belo Horizonte: PUC Minas, 2009.

ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympo, 1943 [1888].

SABINO, Ignez. *Mulheres illustres do Brasil*. Edição fac-similar. Florianópolis: Editora Mulheres, 1996 [1899].

SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

SCHUMAHER, Schuma; VITAL BRAZIL, Érico (Org.). *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade, biográfico e ilustrado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. *Mulheres negras do Brasil*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1985 [1938].

TELLES, Norma. *Encantações: escritoras e tradição literária no Brasil, século XIX*. 1987. 531 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1987.

_____. Rebeldes, escritoras, abolicionistas. In: *Revista de História*, São Paulo, n. 120, jan/jul., 1989, p.73-83,

_____. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, p. 401-442.

_____. *Encantações: escritoras e imaginação literária no Brasil do século XIX*. São Paulo: Editora Intermeios, 2012.

VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Universidade de Brasília, 1981 [1916].